

OLÍVIO ALBERTO TEIXEIRA*
RICARDO LACERDA DE
MELO**
VERA LÚCIA ALVES
FRANÇA***

a experiência de territorialização
para o planejamento regional em
Sergipe

* Economista, Dr. em
Sociologia, Professor
da Universidade
Federal de Sergipe
– Departamento de
Economia.

** Economista,
Dr. em Economia,
Professor da
Universidade
Federal de Sergipe
– Departamento de
Economia .

*** Geógrafa, Dra.
em Geografia,
Professora da
Universidade
Federal de Sergipe
– Departamento de
Geografia

RESUMO

Este trabalho discute o processo de construção, transcorrido no decorrer do ano de 2007, de uma proposta de territorialização do estado de Sergipe, a qual deveria se constituir na base do planejamento governamental. Assim, no primeiro momento, examinam-se as principais concepções e categorias implicadas na questão, bem como as articulações metodológicas que definem as identidades territoriais. Em seguida, procede-se a explicitação da grade metodológica de dimensões, de variáveis e de indicadores dos agrupamentos de municípios a serem propostos. No segundo momento, relata-se o processo em que a proposta de territorialização foi submetida a uma ampla discussão e negociação, com diversos atores sociais envolvidos nos processos de desenvolvimento nos territórios, a cerca das identidades em questão. Por fim, após demonstrar os resultados do trabalho de territorialização e as principais características dos oito territórios propostos, procura-se tecer algumas considerações finais.

PALAVRAS-CHAVE

Planejamento Regional, Territórios de Identidade, Sergipe.

INTRODUÇÃO

O objetivo deste texto é apresentar o processo de construção de uma proposta de territorialização do estado de Sergipe para fins de planejamento do desenvolvimento no estado de Sergipe. Esta pesquisa foi realizada a partir de demandas concretas da Secretaria de Estado do Planejamento (SEPLAN-SE) que, em fevereiro de 2007, havia firmado parceria com a Universidade Federal de Sergipe para a implementação de uma nova forma de planejamento, envolvendo os diversos segmentos da sociedade sergipana.

De acordo com o entendimento da SEPLAN-SE, uma proposta de desenvolvimento sustentável para o estado passaria, além das condições ambientais, pelo respeito à identidade cultural dos territórios e pela inclusão social. Na sua compreensão, a principal justificativa para uma proposta de realização de um planejamento governamental em bases territoriais seria em decorrência da “condição de tripla desigualdade em que se encontrava o estado de Sergipe no início de 2007: concentração da renda, resultando em desigualdade social e exclusão; concentração da infra-estrutura social e produtiva no litoral do estado (70% do PIB é produzido no litoral e as oportunidades de emprego acompanham esse indicador – 40% dos empregos formais estão no setor público), resultando em desigualdades territoriais; e concentração do PIB industrial nas indústrias de petróleo e energia hidrelétrica (Petrobras e Chesf respondem por quase 40% do PIB industrial do estado), resultando em desigualdades na matriz de insumo-produto do estado e na baixa capacidade de geração de emprego formal no setor privado” (Falcón, 2008: 01).

Na verdade, os propósitos do planejamento pretendido justificavam muito bem a necessidade de considerar o estado de Sergipe a partir dos seus diferentes territórios. De acordo com a secretária estadual do planejamento, suas pretensões pretendem que “o desenvolvimento econômico e social seja fruto da decisão política de alinhar a cultura e as condições objetivas de produção econômica, sob a firme decisão estratégica do governo estadual de promover, antes de tudo, a inclusão social, seja pelo eixo da universalização dos direitos, seja pelo eixo da elevação e distribuição da renda. Além disso, as oportunidades devem ser especialmente equânimes para todos os territórios, o que exige priorização dos investimentos públicos

no interior do estado, assim como as atividades produtivas precisam ser diversificadas, tornando a nossa base produtiva um conjunto mais orgânico e equilibrado entre agricultura, indústria e serviços”. (Falcón, 2008: 02).

Assim, no texto que se segue, em primeiro lugar procede-se à uma breve discussão dos fundamentos que poderiam sustentar teórico-metodologicamente uma proposta de territorialização do estado de Sergipe, assim como a uma apresentação da grade metodológica para a definição daquilo que, ao final do processo se convencionou, seguindo a própria preconização do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA, 2004), chamar de “Territórios de Identidade” do estado de Sergipe, nas suas dimensões principais, bem como as variáveis e indicadores do processo de pesquisa.

Baseando-se sobre a espacialização das informações secundárias disponíveis, sempre agregadas à nível municipal, num segundo momento tratou-se de estabelecer uma visão integrada do desenvolvimento sergipano, discutindo diversas informações sobre as condições geoambientais, sociais, econômicas, da administração pública além das expressões culturais e organização social. Para tal, os dados secundários foram organizados em tabelas, gráficos e base cartográfica, sempre espacializados no nível municipal, o que se tornou num elemento facilitador para a análise e o posterior agrupamento nos territórios propostos.

Posteriormente, após exaustiva discussão das diversas dimensões, foi elaborada a proposta de territorialização, sendo submetida à validação junto às diversas instâncias envolvidas no processo, através de reuniões nas quais foram feitas incorporações das sugestões apresentadas por diferentes atores sociais engajados no processo.

Na seção seguinte, se discute a proposta de territorialização obtida, apresentando brevemente os territórios propostos e levantando algumas questões centrais acerca da caracterização do estado e das estratégias do planejamento regional e territorial para a construção de um caminho para a redução das disparidades regionais e para a melhoria da qualidade de vida da sociedade sergipana.

CONSIDERAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS DA QUESTÃO DO PLANEJAMENTO TERRITORIAL

A primeira tarefa de um trabalho desta natureza é de precisar o conjunto de categorias que irão ser mobilizadas nas discussões do trabalho e proceder ao levantamento interdisciplinar¹ das implicações da grade teórico-metodológica que deverá ser adotada para a definição das porções territoriais (conjunto de municípios). Ora, pensar o planejamento do estado de Sergipe de maneira territorial não significa apenas propor uma modificação na escala de planejamento do processo de desenvolvimento (dos municípios para os territórios), mas procurar mobilizar os atores desse processo em torno de uma visão estratégica das potencialidades e limites de cada porção territorial, imaginando meios para as políticas públicas serem capazes de implementar projetos territoriais de desenvolvimento sustentável.

De início é preciso estar consciente que a utilização do qualificativo “territorial” ao planejamento ou ao desenvolvimento impõe precisões teórico-metodológicas. Nesse sentido, cumpre ressaltar que o conceito de “território” envolve uma forte polissemia intelectual entre diferentes abordagens e autores. (Moraes, 2002) Assim, embora não podendo deixar de ser esquemático e, até certo ponto, correndo o risco do estigma, é preciso registrar que, de maneira subjacente, nas principais abordagens da questão territorial, deve-se destacar que sobressaem na argumentação dos seus autores: os argumentos jurídicos-políticos (Andrade, 1995), os argumentos culturais (Tizon, 1996), os argumentos econômicos (Santos, 1999), os argumentos semiológicos (Vilela, 1999), os argumentos psicossociológicos (Guattari, 1985) ou ainda, os argumentos da prática histórica, oriundos da Pesquisa & Desenvolvimento (Cirad, 1996).

Compreendendo que estes diferentes argumentos poderiam corroborar para melhor definir e caracterizar os diferentes agrupamentos de municípios, a equipe de pesquisa percebeu que eles deveriam ser encarados como complementares entre si, fornecendo uma idéia dos diversos aspectos que precisam ser levados em conta para compreender os processos de definição dos territórios. Nesse sentido, na medida em que do ponto de vista do planejamento do desenvolvimento sustentável, importa pensar uma

¹Para uma discussão das implicações da formação interdisciplinar de uma equipe num processo de pesquisa, veja em especial Teixeira (2004).

compreensão da questão territorial fundamentalmente em conjunto com os atores sociais envolvidos, isto é de maneira participativa. Por isso a idéia dos “territórios de identidade” (MDA, 2004), que se definem num processo de construção de territórios pelos atores sociais, pode ser de excelente aplicação.

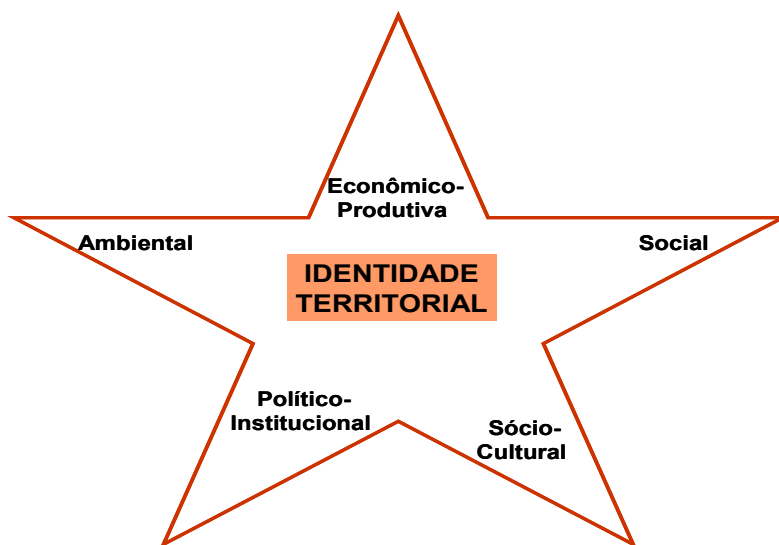
Portanto, embora faça parte de uma política pública pensada para o meio rural, a definição de território proposta pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) parece suficientemente geral para representar a idéia sustentada neste trabalho. Assim, segundo o texto MDA (2004: p.), o território pode ser definido como

“um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo a cidade e o campo, caracterizado por critérios multidimensionais – tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições – e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial”.

Esta compreensão de território que acaba de ser apresentada permite pensar que, a questão da identidade é fundamental no processo de construção dos territórios. Mas, de que maneira a identidade de um território pode ser percebida? Em que dimensões ela se expressa? Como se pode limitá-la? Ora, como são socialmente construídos, os territórios se consolidam num processo em que o sentimento de pertencimento coletivo dos atores sociais se manifesta cada vez mais numa adequação histórica às condições de vida (naturais, sociais, econômicas, etc.) do território. Assim, como revelam as análises do Ministério de Desenvolvimento Agrário², é possível se perceber a identidade territorial como sendo expressa através de algumas dimensões principais da reprodução dos atores sociais. A figura a seguir expressa portanto as cinco dimensões em que o pertencimento à um dado território pode ser percebido.

²Maiores desenvolvimentos metodológicos e implicações práticas da grade metodológica ora apresentada podem ser vistas no site do MDA: www.mda.gov.br/sdt.

Figura 01: As Dimensões do Pertencimento ao Território



Fonte: Elaborado a partir de MDA (2004)

Estas cinco pontas da “Identidade Territorial” são:

Pensar o planejamento do estado de Sergipe de maneira territorial não significa apenas propor uma modificação na escala de planejamento do processo de desenvolvimento (dos municípios para os territórios), mas procurar mobilizar os atores desse processo em torno de uma visão estratégica das potencialidades e limites de cada território e os meios da política pública capazes de implementar um projeto territorial de desenvolvimento sustentável.

De início é preciso estar consciente que a utilização do qualificativo “territorial” ao planejamento ou ao desenvolvimento impõe algumas precisões teórico-metodológicas. Nesse sentido, cumpre ressaltar que, como se observou em trabalhos anteriores (Sabourin & Teixeira, 2002) o conceito de “território” envolve uma forte polissemia intelectual entre diferentes abordagens e autores. Pretende-se pois a seguir - não podendo deixar de ser esquemático e até certo ponto correndo o risco do estigma, embora necessário para os propósitos deste trabalho – evidenciar que, de maneira subjacente às principais abordagens da questão territorial, pode-se destacar aquelas em que sobressaem:

- *Os argumentos jurídico-políticos*

Nestas análises procura-se focalizar as circunscrições e controles pelos quais o território é delimitado e controlado por determinado poder, quer se faça referência ao poder público, estatal, quer ao poder das grandes empresas que estendem os seus tentáculos por grandes áreas, ignorando as fronteiras políticas. Estas abordagens são bastante comuns nas ciências geográficas e podem ser exemplificadas pelo trabalho do geógrafo M. C. Andrade (Andrade, 1995)

- *Os argumentos culturais*

Estes autores investem na dimensão simbólica e subjetiva que forma e molda o território. Assim, o território é percebido como produto resultante da apropriação pelo imaginário e pela identidade social de um grupo social sobre o território. A valorização dos aspectos culturais é muito comum nos trabalhos de cunho antropológico e etnológico. Pode-se ter um exemplo no trabalho de precisão metodológica do francês P. Tizon (Tizon, 1996)

- *Os argumentos econômicos*

Estes estudos procuram ressaltar o processo de territorialização sempre como o produto de uma disputa, mas com duas nuances específicas. De um lado, há os autores que preconizam que o território é o resultante espacial de uma luta de classes sociais na relação capital-trabalho. Isto é, o território representa o *locus* da reprodução das relações sociais de produção, como revelam as análises de H. Lefébvre por exemplo (Lefébvre, 1976). De outro lado, também há os autores que ressaltam o território como o produto de uma disputa econômica dos grupos empresariais, numa acirrada “guerra de lugares” como o caso de M. Santos (Santos, 1999).

- *Os argumentos semiológicos*

Trata-se dos autores que procuram analisar os territórios mais como fluxos e redes e menos como espaço. Para eles, o território precisa ser estudado pelo prisma da tecnologia, da informação, onde fluxos informacionais e redes redefinem uma territorialidade para além do espaço concreto. É o caso por exemplo da análise ao nível da “semiosfera” proposta por Raffestin (Raffestin, 1988).

- *Os argumentos psicossociológicos*

Alguns autores tentam relacionar territorialização à um processo subjetivo que se estabelece tanto no plano individual quanto numa dimensão coletiva. Este é o caso por exemplo de F. Guattari (Guattari, 1985) Outros procuram ainda dar conta da relação entre os recursos naturais (espaço) e o social e cultural (espaço do simbólico), numa área delimitada formal ou informalmente, na definição de um território. Assim, o território de uma dada sociedade é percebido como um fenômeno imaterial ou simbólico, produzido pelo imaginário social, como procura ressaltar, por exemplo, M.D. Moraes (Moraes, 2002).

- *Os argumentos de intervenção, oriundos da Pesquisa & Desenvolvimento*

Para estes autores, sempre engajados em processos de pesquisa-ação, o “território não seria um simples suporte físico e material das atividades econômicas ou um quadro de localização dos atores sociais, mas um espaço construído historicamente e socialmente, aonde a eficiência das atividades econômicas é fortemente condicionada pelos laços de proximidade e pelo fato de pertencer a este espaço”. O território seria então um resultado e não um dado a priori, como ressalta o relatório de pesquisa do CIRAD. (Cirad, 1996).

Como se pode observar, diversas abordagens procuram ressaltar diferentes dimensões do processo de territorialização. No entanto, mais do que imaginar que se trata de abordagens que são contraditórias ou contrárias em si, deve-se percebê-las como complementares entre si, fornecendo uma idéia dos diversos aspectos que precisam ser levados em conta para compreender os processos de definição dos territórios.

Nesse sentido, do ponto de vista do planejamento do desenvolvimento sustentável, importa pensar uma compreensão da questão territorial fundamentalmente em conjunto com os atores sociais envolvidos, isto é de maneira participativa. Por isso a idéia de “territórios de identidade”, que se definem num processo de construção de territórios pelos atores sociais.

Portanto, embora faça parte de uma política pública pensada para o meio rural, a definição de território proposta pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) parece suficientemente geral para representar a idéia sustentada neste trabalho. Assim, segundo o texto MDA (2004), o território pode ser definido

como sendo “um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo a cidade e o campo, caracterizado por critérios multidimensionais – tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições – e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial”.

OS “TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE”: APRESENTANDO A GRADE METODOLÓGICA

Esta compreensão de território que acaba de ser fixada permite pensar que, a questão da identidade é fundamental no processo de construção dos territórios. Mas de que maneira a identidade de um território pode ser percebida? Em que dimensões ela se expressa? Como se pode limitá-la? Ora, como são socialmente construídos, os territórios se consolidam num processo em que o sentimento de pertencimento coletivo dos atores sociais se manifesta cada vez mais numa adequação histórica às condições de vida (naturais, sociais, econômicas, etc) do território. Assim, é possível se perceber a identidade territorial como sendo expressa através de algumas dimensões principais da reprodução dos atores sociais, tais como:

- **Econômico-Produtiva**

A forma como historicamente as populações tem coletivamente construído sua reprodução econômica e social num dado espaço imprime, tanto ao espaço como às populações envolvidas, determinadas características produtivas que permitem que se perceba isso como a “dimensão sócio-econômica” da identidade de um dado território. È através destas características da identidade territorial que se pode mobilizar a busca de eficiência econômica do território, da capacidade de inovar, de diversificar, de usufruir e de articular recursos locais a fim de gerar oportunidades de trabalho e renda, de fortalecer as cadeias produtivas do território e de integrar os fluxos e redes de empreendimentos econômicos.

- **Social**

O processo de construção dos territórios revela as condições sociais em que as populações engajadas foram enfrentando ao longo do tempo.

Tais elementos deixam características importantes na identidade territorial, de uma forma tal que, a busca de uma maior equidade social – que resulte numa maior participação de todos atores sociais nas estruturas de poder político e econômico – deve levar em conta essa história de convivência nas condições do território.

- **Político-institucional**

Nesta dimensão da identidade territorial interessa perceber a forma como os atores sociais do território historicamente construíram suas relações sociais e políticas e definiram suas perspectivas institucionais de empoderamento. Para os fins de apropriação social do processo de planejamento e da criação de possibilidades de empoderamento das organizações sociais envolvidas, é fundamental o incentivo à institucionalidades renovadas que permitam o desenvolvimento de políticas territoriais negociadas, ressaltando o conceito de governabilidade democrática e a promoção da conquista e do exercício da cidadania.

- **Sócio-Cultural**

No processo de definição da identidade territorial o papel das inúmeras manifestações sócio-culturais dos atores sociais é central na determinação das próprias fronteiras do território. A identidade territorial, nesta dimensão, se constrói tendo como referência a história, os valores e a cultura do território. É sabido por todos que, ao longo do tempo, em contínua interação com as condições dos recursos naturais, dos projetos coletivos que decorrem de sua utilização e das influências culturais recebidas, gera-se uma experiência cultural específica que se revela nas expressões materiais – arquitetura, arte, instrumentos, tecnologias, etc. – e nas criações imateriais – rituais, cantos, culinária, danças, celebrações, etc. – de um dado território.

- **Geoambiental**

As características geoambientais são fundamentais na determinação da identidade territorial e na definição dos seus limites. É sobre estas identidades naturais, de determinadas porções territoriais, que se constroem os “territórios de identidade”. Para isso, é fundamental compreender o meio ambiente como um ativo central no processo de desenvolvimento,

condicionando a própria evolução da dinâmica sócio-econômica de dado território. Do ponto de vista do desenvolvimento é preciso pois ter como condicionante central a idéia da sustentabilidade e da gestão coletiva dos recursos naturais, assegurando sua disponibilidade também para as gerações futuras do território.

Tendo em conta as dinâmicas sociopolíticas e econômico-produtivas de cada território, onde se verifica que elas se diferenciam se complementam e se relacionam; pode-se perceber que, a necessidade e importância de um planejamento governamental em bases territoriais se sustentam em três pilares principais: diversidades econômicas dos territórios (diferentes potenciais produtivos); identidades culturais; e formação ou fortalecimento do capital social e das redes sociais (articulação, cooperação, solidariedade...). Assim, os territórios trazem, historicamente, uma identidade e um sentimento de pertencimento a partir dessas dimensões, representadas nas suas histórias, tradições, seu modo de vida, abstraído da realidade concreta de cada região.

Assim, a partir destas cinco dimensões da “identidade territorial” procurou-se estabelecer o conjunto de variáveis e indicadores que deveriam nortear a pesquisa das realidades municipais para embasar a classificação dos setenta e cinco municípios sergipanos entre os diferentes territórios que pudessem ser identificados. Tão logo foi possível adequar o marco teórico-metodológico que daria suporte ao trabalho da equipe, iniciou-se o processo de definição dos critérios, indicadores e variáveis pertinentes.

Desse processo resultou o quadro a seguir,

Quadro 01: Dimensões, Variáveis e Indicadores da Investigação

DIMENSÃO	VARIÁVEL	ALGUNS INDICADORES
ECONÔMICO – PRODUTIVA	PRODUÇÃO	PIB, Características das Atividades Produtivas, Mercado de trabalho, Empreendedorismo, Crédito, etc
	CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA	Distribuição dos tipos de agricultura, uso do solo, distribuição fundiária, etc. a
	RENDA	Distribuição de Renda, Transferências Públicas Pessoais, etc.
	FINANÇAS PÚBLICAS	Receitas, Transferências Recebidas e Composição das Despesas Públicas Municipais, etc.
SOCIAL	POPULAÇÃO	Características, Dinâmicas, Variações, Densidades, etc.
	EDUCAÇÃO	Escolarização, Escolas, Matrículas, Densidade, etc.
	VULNERABILIDADE SÓCIO-ECONÔMICA	Morbidade, Esperança e Longevidade da População, Exclusão Social, Saneamento Ambiental, Saúde e Atendimento Social, etc.
AMBIENTAL	VEGETAÇÃO	Características e Distribuição da Cobertura Vegetal, Silvicultura, etc.
	GEOMORFOLOGIA	Unidades geológicas e formação do relevo das unidades, etc.
	PEDOLOGIA	Principais Tipos e demais características do solo, etc.
	GEOLOGIA	Principais Unidades Geológicas
	HIDROGRAFIA	Principais Bacias Hidrográficas
	CLIMA	Características da Pluviosidade, da temperatura, da umidade do ar, etc.
	POLÍTICO- INSTITUCIONAL	CAPITAL SOCIAL
SÓCIO- CULTURAL	CULTURA	Equipamentos Culturais, Manifestações, Culinária, Religião, Produção artesanal, produção artística, etc.

A partir deste trabalho encaminhou-se a análise dos dados coletados. Assim que os dados foram gradativamente sendo espacializados, em nível dos municípios, iniciou-se o processo de estudo e pesquisa na busca das identidades territoriais presentes na realidade do estado de Sergipe.

Em termos gerais, registre-se que os elementos norteadores das dimensões selecionadas foram representados por quinze variáveis e setenta e nove indicadores, os quais permitiram o agrupamento dos municípios de acordo com a identidade territorial observada.

O trabalho de análise destes indicadores mostrou que, aos considerar os resultados do trabalho, é importante sempre procurar espacializá-los (qual a densidade demográfica do indicador? Qual a representação territorial?) ou relativizá-los com relação a população envolvida (qual o cômputo *per capita* do indicador?).

CONSTRUINDO UMA PROPOSTA DE TERRITORIALIZAÇÃO DO ESTADO DE SERGIPE

A partir do conjunto de diagnósticos municipais elaborados para as dimensões, variáveis e indicadores pesquisados e levando-se em consideração as diversas regionalizações do Estado de Sergipe existentes³, elaborou-se uma classificação preliminar dos territórios. Ora, nesse processo, estava-se absolutamente consciente que, no que concerne a definição de critérios para o estabelecimento de regionalizações, o fundamental é levar-se em conta que, “a abrangência territorial da região deve privilegiar sua funcionalidade para a articulação de atores sociais, políticos e econômicos, pois o sucesso nessa articulação é fundamental para que as regiões se tornem social e politicamente relevantes, não sendo apenas objeto passivo para ações concebidas e implementadas ‘de fora para dentro’ e ‘de cima para baixo’”. (Silveira: 2006: p. 253). Assim, de imediato, esta proposta de territorialização foi submetida a uma ampla discussão e negociação, com diversos atores sociais envolvidos nos processos de desenvolvimento nos territórios, a cerca das identidades em questão.

Aliás, as necessidades de submeter a proposta de territorialização à ampla negociação e discussão com os diversos atores sociais eram ainda maiores, na medida em que o estado de Sergipe já era palco das políticas públicas de territorialização da SDT-MDA, especialmente no Alto Sertão

³ Trata-se das regionalizações operacionais existentes em algumas Secretarias do Governo do Estado, assim como das propostas de planejamento editadas por governos anteriores.

Sergipano, onde há mais de três anos a idéia do território já se encontrava presente principalmente nos atores do setor rural do desenvolvimento local⁴.

Para isso, em diversas reuniões plenárias, em que contou-se com a participação de diversos segmentos sociais (movimentos sociais, técnicos do Governo do Estado, pesquisadores, etc.), a proposta de territorialização incentivava uma boa discussão coletiva e um processo de concertação a cerca da composição municipal dos diferentes territórios propostos.

O quadro a seguir, resume os eventos e reuniões públicas que se sucederam a fim de debater e publicizar a proposta de territorialização que estava sendo construída.

Quadro 02: Cronologia de Construção da Proposta de Territorialização

PERÍODO	EVENTO	PARTICIPANTES	OBSERVAÇÕES
6 a 9 de fevereiro de 2007	Seminário "Planejamento Territorial de Sergipe"	Mais de 300 participantes	Conferências, Palestras, Debates, Concertações e Oficinas.
14 de fevereiro de 2007	Reunião de Trabalho com Professores da UFS	Equipe Diretiva da SEPLAN e Professores da UFS	Discussão dos critérios, procedimentos e metodologias.
23 de fevereiro de 2007	Oficina de Ações Federais em Sergipe	Cerca de 120 pessoas e representantes de 15 organizações federais	Apresentação das ações federais em execução no estado.
20 de março de 2007	1ª Oficina para concertação da proposta dos Territórios.	Cerca de 100 representantes	Apreciação e ajuste da proposta de Territorialização.
26 de março de 2007	2ª Oficina para concertação da proposta dos Territórios	SDT/MDA, Conselho Estadual do Desenvolvimento Rural Sustentável, SEPLAN, Articuladores e outros.	Discussão da contraposição dos territórios apoiados pelo MDA e da SEPLAN
27 de março de 2007	3ª Oficina para concertação da proposta dos Territórios	Cerca de 150 participantes.	Concertação e ajuste da proposta final dos territórios
29 de março de 2007	Oficina: Visão, Atratividade e Perspectivas das Empresas em Sergipe	Cerca de 116 participantes e presença de representantes de 58 empresas	Apresentação das ações e perspectivas empresariais em Sergipe.
18 de abril de 2007	Sessão solene de assinatura do Decreto instituindo os Territórios.	Cerca de 300 participantes: Governador do Estado, Prefeitos Municipais, representantes de Movimentos Sociais.	Adesão dos Municípios ao processo do Planejamento do Territorial Participativo.

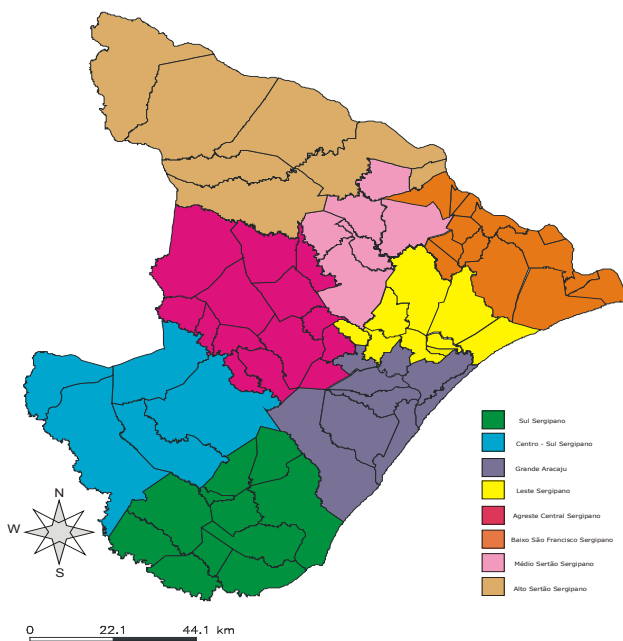
Fonte: SEPLAN-SE (2007: p. 16/17)

⁴Nesta ocasião, três eram os territórios em Sergipe reconhecidos pela SDT-MDA: o alto sertão sergipano, o sertão ocidental de Sergipe e o território do centro-sul sergipano.

As sugestões e ponderações que transcorreram neste processo de apreciação coletiva e negociada da proposta de territorialização apresentada pela equipe de pesquisa foram extremamente ricas e proveitosas. Neste processo, em que se buscava discutir o estabelecimento das identidades territoriais e o sentimento de pertencimento dos atores sociais com relação à classificação que estava sendo proposta, teve-se a oportunidade de justificar e questionar alguns casos anteriores.

Como se pode observar na Figura 2, desse processo de concertação pública resultou a seguinte proposta de territorialização baseada em oito territórios.

Figura 02: Territórios de Identidade de Sergipe



Fonte: Elaboração própria a partir de base Cartográfica da SEPLAN-SE. (2008)

Portanto, adicionando as características técnicas ao processo de discussão social com o com junto de atores sociais, em últimos termos, chegou-se a seguinte composição dos oito “territórios de planejamento do desenvolvimento do estado de Sergipe”, dos quais as principais variáveis ressaltadas podem ser observadas após uma breve caracterização de suas especializações produtivas.

Dois territórios são fortemente marcados pela presença de grandes unidades industriais que fazem com que os setores secundários delas alcancem elevadas participações na riqueza gerada: o Leste Sergipano, em virtude da presença da extração de petróleo e gás natural e de sais de potássio, que explicam os 2/3 (66,1%) de riqueza gerada no setor secundário; e o Alto Sertão, por conta da operação da Usina Hidrelétrica de Xingó, fazendo com que 58,9% da riqueza tenham sido provenientes desse segmento.

O Agreste Central e a Grande Aracaju, com importantes centros urbanos, destacam-se pelas elevadas presenças do setor de serviços, abrangendo as atividades de comércio e os serviços prestados às famílias e às empresas, ainda que a Grande Aracaju sedie também a maior parte da atividade industrial.

No que tange às especializações agrícolas, o quadro a seguir resume as principais especializações dos territórios sergipanos: no Agreste Central as principais culturas são o milho, com 66% do valor da produção do setor, a mandioca, a banana e a batata-doce. O território respondia também por mais de 1/3 da produção de ovos do Estado.

Quadro 3. Especialização Produtiva dos Territórios Sergipanos

Territórios	Participação no Valor Adicionado Bruto 2007(%)			Especialização Agrícola	Especialização Pecuária
	Agrop	Ind	Serv	Participação no Valor da Produção do Território em 2009	Participação do Território no Total Estadual em 2009
Agreste Central	8,2	16,4	75,4	Milho (66%), Mandioca (11%) Batata-doce (6%) e Banana (3%)	37% da produção de ovos e 6% do leite.
Alto Sertão	8,9	58,9	32,2	Milho (63%), Feijão (19%), Goiaba(11%) e mandioca (4%).	51% da produção de leite e 48% de mel
Baixo São Francisco	14,2	20,3	65,5	Coco (28%); Cana (19%), Arroz, (13%), Banana (11%), Mandioca (7%)e Manga (7%)	6% da produção de leite
Centro Sul	11,5	14,9	73,5	Laranja (27%), Milho (26%), Mandioca (20%), Maracujá (13%), Fumo (5%) e Feijão (4%)	23% da produção de mel,7% do leite e 7% de ovos.
Grande Aracaju	0,9	25,9	73,2	Cana (50%), Coco(23%)	32%da produção de ovos e 8% de mel
Leste	4,2	66,1	29,7	Cana (78%), Banana (7%), Mandioca(4%) e Coco (4%)	7% da produção de mel
Médio Sertão	18,3	9,4	72,3	Milho (48%), Cana (17%), Mandioca (10%), Feijão (5%).	19% da produção de leite e 6% do mel
Sul	6,7	30,7	62,6	Laranja (59%), Coco (22,6%), Mandioca (4,9%), Maracujá(3,7%) e Banana (2,0%).	16% da produção de ovos
Sergipe	4,6	30,6	64,8		

Fonte: Contas regionais 2007, PAM 2009 e PPM 2009. IBGE.

No Alto Sertão, destacam-se o milho, com 63% do valor da produção agrícola do território, o feijão, a goiaba e a mandioca. Trata-se também do território de maior produção pecuária, com 51% da produção de leite, além de 48% do mel do Estado. O Baixo São Francisco Sergipano é especializado na produção de coco, cana-de-açúcar, arroz, mandioca e o cultivo de frutas, como banana e manga.

O Centro-Sul conta também com uma agricultura diversificada, em que se sobressaíam, em 2009, a laranja, com 27% do valor da produção agrícola do território, o milho (26%), a mandioca (20%), omaracujá (13%), além do fumo e do feijão. Esse território respondia, em 2009, por 7% da produção de leite e de ovos e 23% da produção estadual de mel.

No Leste Sergipano, com predomínio da cana-de-açúcar, 78% do valor da produção, é importante ainda o cultivo da banana (7%), além de 23% da produção estadual de mel, e 7% do leite e dos ovos produzidos.

Na Grande Aracaju, principal pólo industrial e de serviços do Estado, algumas atividades agropecuárias também são importantes, como os cultivos da cana-de-açúcar e o coco, e a produção de ovos e de mel.

O Médio Sertão é marcado pela presença de novas unidades de processamento de cana. As principais culturas agrícolas, em 2009, eram o milho, com 48% do valor da produção do território, a cana, 17%, a mandioca, 10%, e o feijão, 5%. Era sede também da segunda maior bacia leiteira estadual, representando 19% do total produzido.

Finalmente, a região Sul, que conta com um importante parque industrial nos segmentos de produção de alimentos, produtos têxteis, produtos metalúrgicos e distribuição de energia, é o território em que é maior a presença da citricultura, com 52% do total do valor da produção da laranja do Estado.

O TERRITÓRIO DO ALTO SERTÃO SERGIPANO

Localiza-se no noroeste do Estado de Sergipe, sendo formado por sete municípios (Canindé de São Francisco, Gararu, Monte Alegre de Sergipe, Nossa Senhora da Glória, Nossa Senhora de Lourdes, Poço Redondo e Porto da Folha). Este território representa 22,3% da superfície territorial do Estado, com 4.908 Km² de área total. Em 2006, o “Alto Sertão Sergipano” contava com uma população de 141.597 habitantes, com uma densidade demográfica de 28 hab/Km², representando 7,1% da população do Estado.

O Território do Alto Sertão Sergipano apresenta população rural expressiva, na qual se destaca a atividade pecuária e a produção agrícola familiar, e dentre estes, sobressaem os assentados da reforma agrária e os trabalhadores rurais sem-terra. O quadro de concentração fundiária revela a presença de estabelecimentos agropecuários de pequeno porte, baseados fundamentalmente na construção da subsistência familiar com algum vínculo aos mercados locais, onde se destaca a cultura do milho, do feijão e da mandioca. Recentemente observa-se o desenvolvimento de algumas culturas frutíferas, principalmente nos perímetros irrigados: Projeto Califórnia I e II. Deve-se registrar também, do ponto de vista de uma dimensão econômica da identidade territorial, a importância que o território apresenta na Reforma Agrária, estando aí presentes um grande número dos projetos de assentamento do estado, em termos de área e de pessoal beneficiado, e no campo das políticas agrária e agrícola.

No que concerne a dimensão industrial do desenvolvimento do território nota-se uma organização incipiente e uma produção quase insignificante, fato que muitas vezes é mistificado pelas estatísticas da produção de energia elétrica no município de Canindé do São Francisco (UHE Xingo). Em todos núcleos urbanos desses municípios ocorrem, em maior ou menor escala diversas atividades comerciais e de serviços, mas é preciso destacar o município de Nossa Sra. da Glória, verdadeiro centro de atração dos fluxos comerciais e de serviços deste território e “portal de entrada do sertão sergipano”.

O Território do Alto Sertão Sergipano é predominantemente formado por população envolvida nas atividades rurais, dentre as quais se destaca os agricultores familiares (pequenos proprietários, posseiros, assentados e acampados). Em termos dos dados sociais, o Território apresentava baixos indicadores no início dos anos 90, caracterizando esta área como de desenvolvimento sócio-econômico insatisfatório, com a maior parte dos municípios situando-se no décimo inferior das municipalidades brasileiras no que diz respeito ao IDH-M. Nos últimos tempos no entanto, a situação melhorou um pouco mas os indicadores ainda são alarmantes, concentrando os menores IDH-Ms do estado. Aliás, a quase totalidade dos municípios do Território se situam entre os 10% municípios com os piores IDHs-M do país.

Neste território, de dinâmica econômica prioritariamente rural, uma das principais causas da pobreza e do baixo nível de desenvolvimento

humano das suas populações está relacionada à, de um lado, insuficiência de terras e, por conseguinte, de ocupação e renda; e, de outro, a oferta insuficiente e pouco qualificada de serviços, bens e equipamentos sociais.

O Alto Sertão Sergipano possui um significativo capital social com a presença e atuação forte dos movimentos sociais, da Igreja, dos Sindicatos, das cooperativas, das associações comunitárias, da Federação das Associações (FEACOM), do Fórum DLIS, da ASA, de ONG's, de grupos e da Coordenação Estadual dos Quilombolas.

Isto deve-se ao fato que, o processo de luta pela terra, historicamente construído pelos atores sociais na região do Baixo São Francisco, desde os anos 80, que teve início com o trabalho de organização popular das Comunidades Eclesiais de Base (CEBS), através do Bispo D. José Brandão de Castro, foi se fortalecendo, agregando forças e surgindo outros movimentos como o MST, além do movimento sindical que já existia, que se articulam em função dos mesmos objetivos: conquista da terra, dos direitos sociais e da cidadania.

Estes atores sociais tornaram-se, portanto, os verdadeiros protagonistas da reforma agrária nesta região. Esta "tradição" de organização termina fundamentando a constituição de espaços públicos democráticos e institucionalizados, onde o poder público e a sociedade civil participam e compartilham idéias, propostas e ações de forma negociada (co-responsabilidade). Ora, as vivências práticas de uma gestão pública - a qual pressupõe a participação e o controle social - têm oportunizado um aprendizado na relação Estado-Sociedade, que fortalece a democracia e cria uma cultura política dos cidadãos.

No Alto Sertão Sergipano, esse processo tem se constituído e se afirmado a partir das articulações e parcerias entre as instituições públicas, movimentos sociais e sindicais, ONG's, empresas privadas e outras organizações. De maneira geral, observa-se neste Território uma forte intervenção da ação pública nos vários municípios, priorizando investimentos em recursos financeiros, materiais e humanos, com a presença institucional de vários órgãos federais, estaduais e municipais. Para fins de um planejamento participativo, numa perspectiva de integração e articulação de políticas públicas, ressalte-se a existência de diversas instituições, entidades e movimentos sociais com atuação no Território.

O Território formou seus núcleos populacionais fundamentalmente em função dos deslocamentos e da expansão da atividade pecuária

nos séculos anteriores (aliás a atividade pecuária é a marca registrada da toponímia do território).

Em decorrência disso, do ponto de vista da formação cultural das populações que habitam este território, é importante destacar a figura do vaqueiro, seus costumes e seu modo de vida. Ressalte-se também que, as prolongadas estações de estiagem, associadas as dificuldades de sobrevivência, moldaram uma identidade cultural de resistência neste território. Resistência essa que, aliás, remonta aos tempos da passagem dos cangaceiros e da volante federal no século passado. Destaque-se enfim que, essa identidade de resistência deve ter contribuído, sem dúvidas, para colocar neste território a maioria dos assentamentos do estado de Sergipe. Registre-se enfim que, comunidades rurais negras impregnaram culturalmente algumas regiões notadamente no vale do rio São Francisco.

O Alto Sertão Sergipano registra as menores médias de precipitação pluviométrica do estado e possui uma importante deficiência hídrica de suas terras, principalmente nos períodos de primavera-verão, em que a evapotranspiração supera a pluviosidade. Do ponto de vista da geologia dos solos, observa-se no território a ocorrência de embasamento gnáissico, de idade Pré-Cambriana, no Cráton do São Francisco e de quatro domínios da Faixa de Desdobramentos, de idade Proterozóica, em Poço Redondo e Canindé de São Francisco.

O TERRITÓRIO DO LESTE SERGIPANO

Localiza-se no leste do Estado de Sergipe, sendo formado por nove municípios: Capela, Carmópolis, Divina Pastora, General Maynard, Japarutuba, Pirambu, Rosário do Catete, Santa Rosa de Lima e Siriri. Este território representa 6,7% da superfície territorial do Estado, possuindo 1.474,1 Km² de área total. Em 2006, o “território do Leste Sergipano” tinha uma população de 91.779 habitantes, com uma densidade demográfica de 62 hab/Km², representando 4,6% da população do Estado

O território possui uma identidade territorial, na sua dimensão econômica, totalmente marcada, de um lado pela extração dos recursos minerais e de outra pelo complexo agroindustrial da produção de cana de açúcar. Além da presença de grandes empreendimentos econômicos no

campo da indústria e das Usinas de Açúcar e Álcool, este território possui uma significativa produção agropecuária, de aquicultura e de pesca.

Os indicadores sociais deste território apontam para uma maior necessidade de investimentos públicos, principalmente na área rural, visto que, assim como entre outros serviços públicos, as redes de abastecimento de água estão instaladas apenas nas sedes municipais.

De fato, os dados do IBGE apontavam na época do planejamento que, em média, 30% dos domicílios neste Território utilizam água das nascentes, poços tubulares profundos, rios e riachos, sem nenhum tratamento, de sabor salgada e-ou salobra. O destino do lixo é, em média, 40% despejado a céu aberto causando problemas ambientais e de saúde pública (assoreamento dos rios e riachos, degradação do solo e dos recursos hídricos, além das doenças e endemias); apesar da existência de uma Usina de Reciclagem e Compostagem de “lixo” em Japaratuba.

No desempenho educacional constatou-se uma carência de docentes, equipamentos, materiais didáticos e melhor infra-estrutura nas escolas, em particular, nas escolas do campo. Essas e outras questões certamente influenciam na qualidade do ensino, no aprendizado, no índice de repetência escolar e na evasão dos alunos. Existem muitos estabelecimentos de ensino, destacando-se o município de Japaratuba, porém o maior número se concentra no ensino fundamental, em menor escala o pré-escolar e algumas poucas, em média de 2 a 3 escolas, no ensino médio, por município.

Trata-se de um território onde as potencialidades e riquezas produzidas pelos minerais e petróleo – com a presença das grandes indústrias tais como a Petrobras, a Nitrofértil, a Companhia Vale do Rio Doce – contrasta com a pobreza da população, verificada no próprio ambiente físico e nas condições de vida e trabalho dos que vivem neste território.

Disseminada pelos vales dos rios Sergipe, Cotinguiba e Japaratuba, a agroindústria do açúcar imprimiu, desde os séculos passados, diversos contornos à formação cultural predominante neste território. Ora, a organização social que se instalou, a partir dos fins do século XVIII, baseada no trabalho escravo - aliás, segundo Dantas (1980), no primeiro recenseamento populacional realizado no estado de Sergipe, em 1854, Japaratuba chegou a ter mais escravos do que pessoas livres (890 escravos e 667 livres) - foi marcada por uma enorme distância de renda entre as camadas sociais da população, conferindo “espíritos aristocráticos” a

alguns (senhores e ricos) embora abrigasse uma massa de escravos e de homens livres de baixa renda.

Esse “espírito aristocrático” impregnou imponentes conjuntos arquitetônicos em diversas cidades deste território. A identidade cultural deste território é muito rica, possuindo uma diversidade de manifestações, de religiosidades e de aprendizado coletivo, presentes numa vasta gama de produtos materiais (arquitetura, culinária, técnicas, etc.) e intangíveis (dança, folclore, práticas sociais, etc.).

Além disso, na medida em que é um Território que se configura por suas raízes culturais e religiosas, com uma forte identidade étnico-racial, político-social e produtiva, existem diversas manifestações culturais de descendência afro como o candomblé, o samba de coco e outros rituais. As festas populares e religiosas continuam sendo a forte atração de muitos municípios deste território, principalmente, em Divina Pastora, Carmópolis e Japaratuba.

O TERRITÓRIO DO BAIXO SÃO FRANCISCO SERGIPANO

Localiza-se no nordeste do Estado de Sergipe, sendo formado por quatorze municípios: Amparo de São Francisco, Brejo Grande, Canhoba, Cedro de São João, Ilha das Flores, Japoatã, Malhada dos Bois, Muribeca, Neópolis, Pacatuba, Propriá, Santana do São Francisco, São Francisco e Telha. Este território representa 9,0% da superfície territorial do Estado, com 1.986,3 Km² de área total. Em 2006, o “Baixo São Francisco Sergipano” tendo uma população de 125.440 habitantes, com uma densidade demográfica de 63 hab/Km², representando 6,3% da população do Estado.

O Território do Baixo São Francisco caracteriza-se por sua forma histórica de ocupação e de proximidade com a Bacia do São Francisco. A ocupação das várzeas com a cultura do arroz, apesar de sucessivas crises produtivas, resiste como sendo o principal produto agrícola do território, em termos do valor de produção. Mais recentemente, no entanto, e na porção do território mais próxima da foz, novas culturas (frutas notadamente), em bases produtivas mais modernas, têm influenciado positivamente a dinâmica da economia rural.

Desde o início da ocupação do território, e isto certamente contribuiu para sua conformação atual, o usufruto dos recursos naturais do rio

(pesca, abastecimento, etc.) sempre foi algo importante na determinação de sua identidade. Alguns projetos atuais de aqüicultura e pesca demonstram este enorme potencial produtivo. Em termos das atividades industriais, e também marco da identidade territorial, registre-se o beneficiamento do arroz, como marca não apenas econômica, mas também com conotações culturais em verdadeiras “rituais produtivos”, especialmente na região da foz da bacia. Outra tradição produtiva e cultural, que igualmente caracteriza a identidade territorial, é a produção artesanal de cerâmica e de bordados.

Depois dos anos 1980, com a queda na dinâmica econômica provocada pelos complexos produtivos do arroz, do algodão e da cana-de-açúcar, o Território piorou sua situação social. Na época do planejamento territorial, em 2007 e 2008, havia muito pouco novos investimentos na região e ação governamental foi muito tímida, principalmente no que concernem as políticas públicas na área social, e talvez por isso, apresenta índices de Desenvolvimento Humano extremamente baixos. Veja por exemplo o caso do município de Brejo Grande que, em 2000, estava com o IDH em 0,348, muito abaixo da média estadual.

Segundo a percepção das populações do Território, a identidade territorial, do seu ponto de vista social, é de que, a grande maioria da população do Baixo São Francisco vive em situação de extrema pobreza, sem alternativas de sobrevivência com dignidade, dada à condição de exploração que os assalariados rurais estão submetidos; a falta de estoque de terra que atenda os critérios da reforma agrária; pouco incentivo e apoio aos rizicultores, pescadores, artesãos, assentados, pequenos produtores da agricultura familiar e quilombolas, presentes na região.

O que se observa é que se trata de um território com enorme déficit social no atendimento as questões básicas inerentes ao desenvolvimento humano como: saneamento, saúde, educação, coleta de lixo, abastecimento de água tratada, qualificação profissional, incentivo as alternativas de geração de emprego e renda, valorização e resgate às manifestações culturais bastantes fortes neste Território.

No Baixo São Francisco Sergipano, os anos 80 foram caracterizados por uma forte atuação da Igreja Católica, através da Diocese de Propriá – que tinha a frente o Bispo Dom José Brandão de Castro, com o apoio da CPT, dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, e posteriormente do MST –, junto às comunidades rurais, desenvolvendo trabalhos de base para

conscientizar e organizar os trabalhadores rurais na luta pela terra, pelos direitos sociais e pela cidadania.

O processo de mobilização e organização desses atores sociais, nesta época, apesar de muitas conquistas, especialmente na democratização do acesso à terra com a implantação de alguns assentamentos nos municípios de Canhoba, Japoatã, Japaratuba, Neópolis, Pacatuba, Malhada dos Bois e Propriá; sofreu retração nos anos que se seguem.

De fato, diversos fatores contribuíram concomitantemente e complementarmente para isso: as crises na atividade agrícola, o fechamento das Usinas e o conseqüente alto desemprego, a quase ausência da intervenção pública na construção de outras alternativas de ocupação ou emprego, a saída da Diocese nas ações formativas e mobilizadoras, com a morte de D. Brandão, a transformação da ação pública do estado numa política com contornos mais clientelistas e assistencialistas, entre outros.

No período imediatamente anterior ao planejamento territorial, diante de tamanha desigualdade social e agravamento da pobreza neste Território, as organizações sociais (movimentos sociais, entidades sindicais, associações, ONG's e a Igreja Católica), através da CÁRITAS, vem retomando o trabalho de organização e mobilização social, reunindo instituições, governos municipais, conselhos e outros segmentos da sociedade para constituir uma entidade territorial para efetivar as discussões, decisões de planejamento, de gestão e controle social das políticas públicas no Território. Desta articulação institucional no Território, fazem parte: as Prefeituras, representantes das Câmaras de Vereadores, os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, o MST, a CÁRITAS, os CMDRS e CONDEM, a CODEVASF, o IBAMA, o MDA, o INCRA, o DEAGRO, o BNB, a Escola Família Agrícola de Ladeirinhas e as associações dos assentados e das comunidades rurais.

O TERRITÓRIO DO AGRESTE CENTRAL SERGIPANO

Localiza-se no centro-noroeste do Estado de Sergipe, sendo formado por quatorze municípios: Areia Branca, Campo do Brito, Carira, Frei Paulo, Itabaiana, Macambira, Malhador, Moita Bonita, Nossa Senhora Aparecida, Pedra Mole, Pinhão, Ribeirópolis, São Domingos e São Miguel do Aleixo. Este território representa 14,2% da superfície territorial do Estado, com 3.132

Km² de área total. Em 2006, o “território do Agreste Central Sergipano” possuía uma população de 231.175 habitantes, com uma densidade demográfica de 73,8 hab/Km², representando 11,6% da população do Estado.

Em termos dos recursos naturais, o Agreste Central Sergipano caracteriza-se como uma região de transição entre o litoral e o semi-árido, o que influencia diretamente na determinação de uma ocupação do solo relativamente específica. Além da ocorrência das culturas de subsistência (mandioca, milho e um pouco menos feijão) e de culturas tradicionais como a cana de açúcar, mais recentemente este território, de dinâmica econômica predominantemente ligada ao mundo rural, viu emergir novas culturas como a banana, o abacaxi, manga, evidenciando a diversificação da base produtiva da agricultura.

A estrutura agrária deste território é relativamente diferente das demais porções do espaço estadual, apresentando uma elevada concentração de pequenas e médias propriedades rurais e uma grande diversificação produtiva (e também cultural). Do ponto de vista da identidade econômica do território cumpre também registrar que estas populações são “marcadas socialmente”, especialmente nas proximidades de Itabaiana, como sendo compostas de empreendedores, de pessoas dispostas a enfrentar desafios em termos de negócios. O que de alguma forma se traduz na execução de vários empreendimentos industriais (móveis, jóias, beneficiamento agrícola, etc.), comerciais (atacado, varejo, etc.) e de serviços (transporte, logística, etc.).

Neste Território, um aspecto importante diz respeito às alterações demográficas, quando se verifica que entre os anos 1991 a 2000 houve um significativo crescimento da população total, com uma taxa de crescimento média anual de 1,73. Ressalte-se que este crescimento foi principalmente da população urbana, pois a rural cresceu a uma taxa anual de apenas 0,06. Com a maior parte de sua população formada por jovens e adultos com menos de 40 anos, o Agreste Central possuía na época do planejamento territorial a segunda melhor renda per capita dos territórios sergipanos, ou seja de R\$ 109.67.

No entanto, segundo os critérios do PNUD-ONU, isto não impede que, de sua população total, mais de 57% sejam considerados pobres e mais de 29% sejam indigentes. Esta situação de privação de renda se repete também no plano do saneamento básico, onde muitos domicílios são abas-

tecidos com água através de reservatórios, carros-pipas ou ainda por poços ou nascentes. Por fim, cumpre registrar que, outro aspecto significativo da situação domiciliar neste território, é a questão do despejo de dejetos e lixo junto à natureza e que muitos dos domicílios não possuem banheiro ou sanitário, o que se reflete negativamente nas condições de saúde.

Nos municípios deste Território existe um grande número de Associações Comunitárias, estimuladas principalmente pela ação do Projeto Nordeste (PRONESE), através do Programa de Combate à Pobreza Rural (PCPR). Da mesma forma, com a institucionalização do PRONAF (em 1996) foram criados os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável – CMDRS, e outros Conselhos gestores das políticas públicas instituídos em todos os municípios, como: saúde, educação, assistência social, etc. Na perspectiva de fortalecer e estimular uma dinâmica social e política dos atores sociais e poder público, com vistas ao desenvolvimento territorial, pode-se articular um conjunto de Instituições Públicas, de entidades e de movimentos sociais que possam interagir e integrar ações e políticas públicas.

Do ponto de vista cultural este território se desenvolve a partir de cultivos agrícola (alimentar e industrial), mas tão logo os fluxos de comunicação do estado se estabelecem, desperta uma verdadeira cultura de comércio e intercâmbio nas populações e de empreendedorismo com a situação geográfica favorável. Garantir a logística desse intercâmbio de bens e serviços sempre uma marca forte dos moradores de Itabaiana e sua região. As diversas manifestações culturais da atualidade, misturando resgates do passado com novas influências, remetem para as múltiplas faces da cultura do Agreste Central.

O TERRITÓRIO DO MÉDIO SERTÃO SERGIPANO

Localiza-se no centro-norte do Estado de Sergipe, sendo formado por seis municípios: Aquidabã, Cumbe, Feira Nova, Graccho Cardoso, Itabi e Nossa Senhora das Dores. Este território representa 7,3% da superfície territorial do Estado, possuindo 1.612,6 Km² de área total. Em 2006, o “Médio Sertão Sergipano” possuía uma população de 64.612 habitantes, com uma densidade demográfica de 40 hab/Km², representando 3,2% da população do Estado.

Em termos dos recursos naturais, este território caracteriza-se principalmente como uma região agreste (o que representa uma região de transição entre o litoral e o semi-árido), o que influencia diretamente na determinação de uma ocupação do solo relativamente específica. Além da ocorrência das culturas de subsistência (mandioca, milho e um pouco menos feijão) e de culturas tradicionais como a cana de açúcar, mais recentemente este território, de dinâmica econômica predominantemente ligada ao mundo rural, viu emergir novas culturas como a banana, o abacaxi, manga, evidenciando a diversificação da base produtiva da agricultura.

Em termos de valor da produção do território o que sobressai é a sua produção agropecuária, mas, em termos de ocupação de mão de obra, as atividades comerciais e de serviços incorporam mais pessoas. Registre-se ainda que existem algumas indústrias de transformação, extrativista e de construção civil e que o município de Nossa Sra. das Dores destaca-se como ponto de atração do fluxo de pessoas e mercadorias no território.

No Médio Sertão sergipano, os municípios de médio e pequeno porte têm características essencialmente rurais, apesar dos dados do IBGE apresentarem populações urbanas maiores em N. Sra. das Dores, Cumbe e Capela. Do ponto de vista das condições de moradia, a maioria dos municípios não tem rede de esgoto sanitário e quanto ao abastecimento de água verifica-se que todos já dispõem de rede canalizada, porém na época do planejamento territorial ainda existiam em média 26% de domicílios que utilizam outras formas para o consumo de sua família, especialmente nos povoados e comunidades rurais, como: poço, nascentes, cisternas e riachos.

Quanto à questão dos dejetos sólidos, em quase totalidade dos municípios não é sistematicamente coletado e termina tendo outro destino e constituindo um dos graves problemas de poluição e degradação ambiental do território. A rede de estabelecimentos de saúde pública dos municípios conta com atendimento ambulatorial, médico e odontológico em especialidades básicas, mas, na maioria dos casos, a população fica obrigada a se deslocar para a capital (Aracaju) ou ao município do território que tem melhores serviços. No que concerne à educação, observa-se que a quantidade de escolas aumentou nos últimos tempos, porém continuam presentes as reivindicações da população no sentido da qualidade do ensino, da falta de equipamentos sócio-educativos, do transporte de péssima qualidade dos alunos que vem das regiões rurais,

da qualificação dos educadores e da necessidade de mais estabelecimentos de ensino médio e superior.

Do ponto de vista da formação política deste território, deve-se destacar que, Siriri e Capela são municípios que tiveram, no passado recente, uma significativa produção de cana-de-açúcar e uma grande quantidade de trabalhadores engajados nesta atividade; o que os influenciou na formação social e política com base no poder dos senhores de engenho, da cultura de submissão e escravidão.

Por sua vez, os municípios de N. Sra das Dores, Cumbe, Feira Nova e Graccho Cardoso, mesmo que tenham sido mais voltados para outra produção agrícola e para a pecuária, têm igualmente sua origem marcada pela relação de poder com o latifúndio. A partir do início dos anos 1980, observa-se, neste território, uma forte atuação dos movimentos sociais na luta por mudanças políticas e pelos direitos sociais. Assim, o movimento sindical dos trabalhadores rurais inicia um processo de mobilização social, realizando massivas campanhas salariais nas zonas canavieiras e jornadas de lutas pela reforma agrária.

Surgiram daí, acordos e negociações trabalhistas entre empregados e empregadores rurais, e conseqüentemente, o fortalecimento das entidades sindicais. Nesse sentido, embora este território tenha uma história de participação e organização popular, no final da década de oitenta, ele passou um período de acomodação social, de enfraquecimento participação nas entidades e movimentos sociais quando os sindicatos voltaram sua ação principalmente para as questões da seguridade previdenciária.

Foi a partir de meados dos anos noventa que o movimento sindical inicia uma política de retomada da ação mobilizadora e formativa, fomentando a discussão das políticas públicas, a participação das lideranças nos espaços públicos e a construção de alianças e parcerias através da construção dos PADRS (Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável) nos municípios. Atualmente, estes sindicatos, em parcerias com outros movimentos sociais e instituições, têm incentivado um processo mais amplo de discussão e gestão das políticas públicas – principalmente nos conselhos gestores existentes nos municípios, a exemplo do CMDRS, CONDEM, CMS, CME e outros – e promovido articulações político-institucionais, na perspectiva de construir um processo mais democrático de formalização e institucionalização deste Território.

Na cultura deste território guarda-se muito a imagem de “último oásis” antes da entrada na região semi-árida. Neste território também, a passagem de Lampião e seus cangaceiros deixou marcas importantes na sua formação cultural. Diversas manifestações culturais e folclóricas relembram estes fatos. Mais recentemente, a dinamização dos fluxos comerciais e de serviços no território, assim como uma relativa diversificação de sua base produtiva, incorpora novas e diversificados traços à cultura das populações do território.

O TERRITÓRIO DA GRANDE ARACAJU

Localiza-se no centro-leste do Estado de Sergipe, sendo formado por nove municípios: Aracaju, Barra dos Coqueiros, Itaporanga d’Ajuda, Laranjeiras, Maruim, Nossa Senhora do Socorro, Riachuelo e São Cristóvão. Este território representa 9,9% da superfície territorial do Estado, com 2.192 Km² de área total. Em 2006, o “território da Grande Aracaju” contava com uma população de 875.098 habitantes, com uma densidade demográfica de 399 hab/Km², representando 43,7% da população do Estado.

Trata-se do território com o principal pólo industrial, comercial e de serviços do Estado. Há dois séculos, esta porção do espaço tem se localizado e centralizado essas atividades para todo estado. Aracaju e seus municípios circunvizinhos se diferenciam dos demais territórios, por estarem em aglomerados mais urbanos, apesar de também apresentarem características rurais. Aqui sobressaem as atividades industriais, comerciais e de serviços, em virtude da abrangência da capital, e presença destes setores nos municípios de Itaporanga d’Ajuda, N. Sra. do Socorro e Laranjeiras.

A Grande Aracaju conta com uma estrutura industrial relativamente diversificada, com peso significativo da indústria extrativa mineral e da indústria de transformação. Na indústria extrativa destacam-se a produção de gás natural, a produção de amônia e uréia e a de minerais não-metálicos (cimento). Tais atividades ganharam expressão em Sergipe entre o final da década de setenta e o início dos anos oitenta, a partir de investimentos de empresas estatais.

Na indústria de transformação, as atividades mais importantes, em termos de Valor da Transformação Industrial são as indústrias de alimentos e bebidas; a produção de minerais não-metálicos, em que se destacam a

produção de cimento e produtos cerâmicos; têxteis e confecção; calçados e couros; e a fabricação de produtos químicos, incluindo a produção de fertilizantes, cosméticos e de álcool.

Esse perfil diversificado da indústria de transformação inclui desde empreendimentos muito tradicionais, como os de fabricação de tecidos e de açúcar, a indústria de confecção, até outros segmentos, relativamente mais recentes, como os de torrefação de café e a indústria de etanol. Atividades ainda mais recentes são a fabricação de materiais elétricos, de cosméticos, produtos metalúrgicos, máquinas e equipamentos e linhas variadas de produção de alimentos.

De modo geral neste território, do ponto de vista histórico, as influências culturais deixadas pelos colonos portugueses, miscigenadas às heranças dos povos africanos e indígenas, gerou heranças diversas adaptadas ao meio ambiente de riqueza hidrográfica que estavam inseridas e aos projetos coletivos que foram se realizando, moldando saberes e fazeres, criando expressões artísticas e celebrações ritualísticas. Certamente nestas manifestações culturais é possível definir traços de uma ou outra dessas heranças, mas não se pode pensar que tais culturas permanecessem isentas de influências diversas.

É justamente essa uma das riquezas do território: a diversidade de sua cultura, de forma que desta “convivência” brotam várias iniciativas sócio-culturais. Mais recentemente, na medida em que neste Território centraliza-se as atividades de todo estado (primeiro o município de São Cristóvão e depois Aracaju desempenham o papel de capital estadual). Por isso, para ele sempre afluíram populações diversas tanto do interior do estado quanto de outras regiões do país, com destaque para as regiões vizinhas. Isso deve relativizar a idéia da identidade cultural neste território, pois o que ocorre é uma diversidade de manifestações culturais, muitas trazidas do interior para encontrar espaço nos territórios da capital e outras gestadas mesmo da própria miscigenação de culturas originais.

O TERRITÓRIO DO CENTRO-SUL SERGIPANO

Localiza-se no centro-sul do Estado de Sergipe, sendo formado por cinco municípios: Lagarto, Poço Verde, Riachão do Dantas, Simão Dias e Tobias Barreto. Este território representa 16,1% da superfície territorial

do Estado, possuindo 3.551,5 Km² de área total. Em 2006, o “território do Centro-Sul Sergipano” possuía uma população de 221.650 habitantes, com uma densidade demográfica de 62 hab/Km², representando 11,1% da população do Estado.

Cabe registrar destacar que, o território do Centro-Sul possui uma forte identidade territorial, na sua dimensão econômica. Os diferentes atores sociais do território se reconhecem como “partes” do território, destacando sempre o papel de pólo de atração e de reflexão na dinâmica econômica territorial representado pelo município de Lagarto.

Excetuando-se as atividades industriais e comerciais relativamente concentradas no município de Lagarto e em menor escala nas demais sedes municipais, o território se caracteriza como uma vasta região rural. É um território que também caracteriza-se como predominantemente de produção agropecuária familiar, além de relativa força produtiva na produção de confecções e bordados. Ressalte-se o papel de Lagarto, como porta de “entrada principal” deste espaço geográfico.

Com exceção dos municípios de Lagarto e de Riachão dos Dantas, os demais municípios fazem parte do “polígono da seca”. Na sua maioria, são municípios de médio porte, com uma expressiva população comparado aos demais municípios do estado. Do ponto de vista de sua identidade territorial, observa-se que - apesar de apresentarem estruturas político-administrativas compatíveis com seu tamanho e índice populacional, com vários estabelecimentos comerciais e financeiros, uma rede de serviços de saúde, educação e assistência social - existe uma demanda social extensa no atendimento aos serviços básicos: saneamento, saúde, educação e principalmente nas oportunidades de emprego e renda.

Constatou-se na época do planejamento territorial, uma precariedade dos equipamentos e serviços públicos, além de uma grande concentração de renda. Exemplo disso pode ser percebido no município de Lagarto que do total da população (83.334 hab) 28.573 hab. não tem rendimentos e 8.422 hab. tem um rendimento mensal de 1 a 2 salários mínimos, significando que 30,84% da população são pobres ou indigentes. (IBGE, 2001).

Nos municípios do Território existe um número grande de Associações Comunitárias, estimuladas principalmente pela ação do Projeto Nordeste (PRONESE) em função dos projetos comunitários.

O TERRITÓRIO DO SUL SERGIPANO

Localiza-se no sudeste do Estado de Sergipe, sendo formado por onze municípios: Arauá, Boquim, Cristinápolis, Estância, Indiaroba, Itabaininha, Pedrinhas, Salgado, Santa Luzia do Itanhy, Tomar do Geru e Umbaúba. Este território representa 14,5% da superfície territorial do Estado, com 3.193,6 Km² de área total. Em 2006, o “território do Sul Sergipano” contava com uma população de 249.387 habitantes, com uma densidade demográfica de 78 hab/Km², representando 12,5% da população do Estado.

O Sul Sergipano tem forte tradição industrial mas possui também expressão nas atividades rurais. A força produtiva histórica da laranja atesta uma importante identidade territorial: trata-se do “território da laranja”. É em torno da produção da laranja que se observa toda uma complexa rede de relações no território que passa pela exploração agrícola, industrial e de serviços.

Além disso, observa-se que, os municípios que compõem este Território, apresentam características sócio-econômicas que se assemelham pela sua diversidade produtiva própria da zona da mata e de áreas litorâneas, destacando-se na produção agrícola da laranja e do coco (em 2005 83,3% das culturas são permanentes). Merece destaque também nesta região do Território, a existência de significativo número de estabelecimentos de pecuária e de ovino-caprinocultura, de aquicultura, de carcinicultura e de maricultura.

Embora este território contribuisse na época do planejamento territorial com apenas 5,2 do PIB Industrial do estado, nota-se que, uma tradição cultural, cada vez mais potencializada economicamente, é a produção de confecções em geral e de artesanato. Ressalte-se por fim, a organização econômica de um sistema regional de distribuição de energia elétrica.

Cumprir destacar que, neste território, existe uma presença forte de comunidades quilombolas nos municípios de Indiaroba e Santa Luzia, de assentamentos de reforma agrária e de colônias agrícolas, nos municípios de Indiaroba, de Santa Luzia do Itanhy, de Cristinápolis, de Estância, de Umbaúba e de Tomar do Geru. Com significativa organização urbana, os municípios de Estância, de Boquim e de Itabaininha se destacam pela presença de indústrias, de estabelecimentos comerciais e financeiros, além de serem cidades sedes regionais de várias Instituições

Públicas e privadas, tais como: INSS, CEF, BNB, BB, DEAGRO, SEBRAE, SESC, SENAI, CDL, etc.

As comunidades rurais, colônias e assentamentos da Reforma Agrária estão organizados em Associações, Cooperativas e Sindicatos dos Trabalhadores Rurais. Existe ainda atuação da CÁRITAS Diocesana em Estância, de Empresas de Assistência Técnica Rural, de ONG's, da Associação dos Citricultores, do comércio e das indústrias. Registre-se que, os movimentos sociais, entidades sindicais e outras organizações sociais presentes neste Território desde as primeiras ocupações e desapropriações de terras para a reforma e reordenamento agrário. A partir dos anos noventa, estas organizações vêm construindo alianças e parcerias entre si, e com organismos governamentais, estimulando a formação de cooperativas, associações, fóruns, conselhos e outros instrumentos de gestão das políticas públicas. Do ponto de vista do desenvolvimento rural, este território encontra-se já formalizado junto a SDT/MDA, mobilizando diversas instituições da sociedade onde deve-se destacar: Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, ASCOSUL, Associação dos Citricultores de Sergipe, MST, CECAC, CÁRITAS, Grupos Quilombolas, Associações Comunitárias, OCESE, SEBRAE, SENAC, SENAI, DEAGRO, BNB, BB, CEF, INCRA, Prefeituras, Conselhos Municipais, etc.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A retomada do planejamento em tempos de reestruturação produtiva e de políticas neoliberais é o reconhecimento de um novo papel que o Estado deve cumprir a fim de proporcionar melhor qualidade de vida para sua população, na busca de construção da cidadania.

Esta nova perspectiva no planejamento regional vem tomando como premissa a participação no sentido de envolver todos os segmentos sociais dentro de uma nova visão de gestão democrática. Assim, aquele planejamento que caracterizou a tomada de decisões nos anos 1970 e 1980, com decisões meramente técnicas e que nem sempre apresentaram resultados frutíferos, entre em desuso para dar lugar a um processo que se baseia em ouvir os anseios da comunidade, dividindo com ela a definição de problemas e de prioridades para a tomada de decisões. Ora, é um novo momento de rico aprendizado no qual a sociedade civil organizada está

sendo convocada pelo poder público para decidir sobre questões do seu interesse. Esta ação inovadora, certamente, trará frutos importantes para a sociedade sergipana tendo em vista a possibilidade de construção de um projeto voltado para os interesses coletivos a partir da territorialização.

A territorialização proposta possibilita o conhecimento dos problemas e potencialidades locais levando em consideração o sentimento de pertencimento da população e, conseqüentemente, o desejo de ver solucionar as pendências existentes, resultando na melhoria das condições sociais e econômicas e da qualidade de vida. Portanto, esta proposta de territorialização e de planejamento participativo têm caráter interdisciplinar por contemplar os diversos segmentos constitutivos da vida social e política, sendo, portanto, de grande complexidade, mas, com perspectivas de desencadear um processo de gestão democrática sem precedentes na administração estadual.

A exigüidade territorial e o volume de população se constituem em fatores que contribuem para a solução dos problemas existentes. Sergipe se constitui no estado a apresentar a melhor estruturação social e econômica da Região Nordeste. Apesar da concentração da terra e da renda, comparativamente à realidade macrorregional a situação é menos grave em diversos indicadores pesquisados.

A formação do território sergipano, a partir do binômio cana-de-açúcar x pecuária, contribuiu para a irregularidade na distribuição da população e das atividades econômicas.

O sistema urbano primaz se caracteriza pela macrocefalia da capital, cada vez mais concentradora de funções e renda, sendo fortalecida pelas condições de acessibilidades e pelas pequenas distâncias. A drenagem de recursos produzidos nos municípios para a capital acentua a diferença entre capital e interior, dificultando o crescimento dos centros interioranos. Isto também é resultado da excessiva concentração de atividades públicas e privadas na capital, exigindo fluxos e pressionando estes serviços e diminuindo a qualidade ofertada.

A economia sergipana é diversificada, todavia, destaca-se a indústria extrativo-mineral (baseada em minerais não metálicos) situada em municípios num raio de até 40 km de distância da capital, o que contribui mais ainda para a concentração de população e de riqueza. As atividades agrícolas se distribuem em todo o território, ocupando volume expressivo

de área e de mão-de-obra, com forte destaque para o trabalho familiar. A cana-de-açúcar e a laranja se destacam assim como o gado bovino e as aves. O setor terciário vem apresentando mudanças, com a inclusão de novas funções, sobretudo no setor serviço. Além disso, já se percebe a penetração do capital internacional através de grandes empreendimentos, a exemplo do setor de supermercados.

Embora nos últimos anos a economia venha apresentando resultados significativos, a melhoria das condições sociais não tem acompanhado o mesmo ritmo, registrando-se ainda baixos níveis de educação, saúde e de renda o que implica na restrição ao acesso a bens e serviços e, conseqüentemente, nos níveis de desenvolvimento.

Assim, para reverter este quadro torna necessária a adoção de políticas públicas estruturantes, baseadas em estratégias de participação e gestão democrática, voltadas para a melhoria da qualidade de vida da população e em consonância com os seus anseios. Desta forma, ter-se-á contribuído para a construção da cidadania no estado de Sergipe.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, M. C. de. *A questão do território no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1995.
- BANDEIRA, P. S. "Institucionalização de regiões no Brasil", In: *Ciência & Cultura*, vol.58, nº 1, São Paulo, Jan./Mar 2006.
- CENTRO DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL DE PESQUISA AGRONÔMICA PARA O DESENVOLVIMENTO – CIRAD. *Systèmes agroalimentaires localisés*. Montpellier, França: CIRAD-SAR, 1996.
- FALCON, M. L. "Planejamento Territorializado e Participativo de Sergipe", In: *Congresso CONSAD de Gestão Pública*, Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Administração, Brasília, 26 a 28 de maio de 2008.
- GUATTARI, F. "Espaço e poder: a criação de territórios na cidade", in: *Espaço & Debates*, v. 5, n. 16, pp. 109-120, 1985.
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA (2005). *Referências para uma Estratégia de Desenvolvimento Rural Sustentável no Brasil*, Série Documentos SDT 01, Brasília, março de 2005.
- MORAES, M.D. Novas dinâmicas territoriais no nordeste, In: SABOURIN, E.; TEIXEIRA, O. A. (Org.). *Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais: métodos, experiências, controvérsias*. Brasília: Embrapa, 2002, p. 53-90.
- SANTOS, M. "Guerra dos lugares", in: *Folha de São Paulo*, 21 de agosto de 1999.
- SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO DO GOVERNO DE SERGIPE (SEPLAN-SE). *Planejamento Participativo de Sergipe*. Relatório de Atividades. Aracaju, Outubro de 2007.
- TEIXEIRA, O. A. Interdisciplinaridade: problemas e desafios, In: *Revista Brasileira de Pós-Graduação*, Brasília: CAPES, N. 1, julho 2004, p. 57-69.
- TIZON, P. "Qu'est-ce que le territoire ?", in DI MEO, G. (dir) *Les Territoires du Quotidien*, Paris: L'Harmattan, 1996, pp 17-34.
- VILELA, S. L. *Globalização e emergência de múltiplas ruralidades*. Campinas: UNICAMP-IFCH, 1999, Tese de Doutorado.